



UFRPE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ALDO DE SOUSA FERREIRA

**A GREVE GERAL DE 1917 EM PERNAMBUCO NAS PÁGINAS
DOS JORNAIS**

RECIFE

2021

ALDO DE SOUSA FERREIRA

A GREVE GERAL DE 1917 EM PERNAMBUCO NAS PÁGINAS DOS
JORNAIS

Artigo científico apresentado a Universidade Federal Rural de Pernambuco, curso de Licenciatura Plena em História, como requisito parcial para a conclusão da Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II.

Professora Orientadora: Profa. Ms^a. Élcia de Torres Bandeira

RECIFE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

F383g Ferreira, Aldo de Sousa
A greve geral de 1917 em Pernambuco nas páginas dos jornais / Aldo de
Sousa Ferreira. – 2021.
31 f.

Orientadora: Élcia de Torres Bandeira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação – Licenciatura Plena
em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Departamento de História, Recife, BR-PE, 2021. Inclui
bibliografia.

1. Pernambuco - História 2. Trabalhadores braçais 3. Direito dos
trabalhadores - Pernambuco 4. Direito à greve - Pernambuco 5. Custo de
vida – Pernambuco I. Bandeira, Élcia de Torres, orient. II. Título

CDD 981.34



UFRPE

**TERMO DE APROVAÇÃO DE TCC EM FORMATO DE ARTIGO NO CURSO
DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE
PERNAMBUCO.**

Aldo de Sousa Ferreira

A Greve Geral de 1917 em Pernambuco nas páginas dos jornais

TCC aprovado com nota _____ como requisito para conclusão da disciplina **Trabalho de Conclusão de curso II - História** (Cód. 04803), pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Élcia de Torres Bandeira _____ Nota: _____
Membro1 Prof. Ms^a.
Curso de Licenciatura em História, Departamento de História,
UFRPE

Membro 2: Marcília Grama da Silva _____ Nota: _____
Prof^a Dr^a
Curso de Licenciatura em História, Departamento de História,
UFRPE

Membro 3: Giselda Brito Silva _____ Nota: _____
Prof^a Dr^a
Curso de Licenciatura em História, Departamento de História,
UFRPE

Média das notas	
-----------------	--

Recife, 15 de dezembro de 2021.

Apresentação

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de analisar o movimento operário em Pernambuco durante a Greve Geral de 1917, tendo como foco a classe operária no Recife, a sua organização política e social, a relação com as demais classes sociais e o papel da imprensa durante a Greve. Além do Recife, pretendemos observar como o movimento grevista se expandiu para as cidades vizinhas que por estarem sob a influência da capital sofriam com um sistema semelhante de repressão por parte das instituições públicas e do patronato.

Em conformidade com as normas que tratam sobre a regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, a modalidade artigo científico foi a escolhida para a elaboração deste trabalho, seguindo as normas de submissão da revista AEDOS.

A Greve Geral de 1917 em Pernambuco nas páginas dos jornais

The 1917 General Strike in Pernambuco on the pages of newspapers

Resumo

O ano de 1917 é um dos mais importantes da história da humanidade, além de ter marcado o auge da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), foi o ano de ascensão da influência política da classe operária, que, em virtude das crises causada pela Guerra, organizou diversas greves reivindicando melhores condições de vida e trabalho. No Brasil, um dos efeitos do conflito na Europa foi a carestia dos gêneros de primeira necessidade; não havendo um aumento salarial na mesma proporção, os operários buscaram os seus direitos através de uma Greve Geral. O presente trabalho tem como objetivo investigar questões referentes à Greve Geral de 1917 em Pernambuco, dando ênfase a aspectos como: a organização política e social dos operários em Pernambuco: sindicatos, associações e os demais tipos de instituições, os fatores que levaram à declaração da greve e os seus reflexos, além da participação dos jornais, principal meio de comunicação do período, como elemento influenciador da opinião pública.

Palavras-chaves: Greve Geral de 1917, Movimento operário, Carestia.

Abstract

The year 1917 is one of the most important in human history, in addition to having marked the height of the First World War (1914-1918), it was the year of the rise of the political influence of the working class, which, due to the crises caused by the war, organized several strikes demanding better living and working conditions. In Brazil, one of the effects of the conflict in Europe was the scarcity of basic necessities; not having a salary increase in the same proportion, the workers sought their rights through a General Strike. The present work aims to investigate issues related to the 1917 General Strike in Pernambuco, emphasizing aspects such as: the political and social organization of workers in Pernambuco: unions, associations and other types of institutions, the factors that led to the declaration of strike and its consequences, in addition to the participation of newspapers, the main means of communication of the period, as an influencing element of public opinion.

Keywords: 1917 General Strike, Workers' Movement, cost of living increase

Introdução

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o jornal era o principal meio de comunicação; era através das páginas dos jornais que os pernambucanos recebiam as notícias de um dos conflitos armados mais violentos da história da humanidade. Para a historiografia, o jornal, segundo a historiadora Tânia Regina de Luca, é uma rica fonte documental, tendo em vista, que “as mais diversas questões acerca dos segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíam em instrumento essencial de politização e arregimentação”. (DE LUCA, 2005, p. 119)

O ano de 1917 foi o auge da crise nas potências europeias. Acontecem várias greves gerais pelo fim do conflito armado, por melhores condições de vida e trabalho, o que representou um aumento na relevância social e política do movimento operário. Na Rússia, desde o começo do ano, os operários tiveram participação fundamental em uma série de

conflitos que culminou no fim do regime Czarista e na tomada de poder pelos Sovietes operários durante a Revolução Russa. Em Berlim, na Alemanha, cerca de 250.000 trabalhadores das fábricas de munições declararam greve. (COMUNICADOS, 1917, p. 1)

A Guerra expôs a fragilidade econômica do Brasil, tendo a economia intrinsecamente ligada à balança comercial internacional, dependendo principalmente da exportação do café, os bloqueios comerciais na Europa resultaram em uma grande perda de mercado consumidor, ocasionando uma grave crise econômica. Por conta disto, o custo dos produtos no mercado interno disparou juntamente com os impostos, tornando o custo de vida cada vez mais elevado. (FAUSTO, 1995, p. 299)

Além da difícil situação financeira e das péssimas condições de trabalho, os sucessos das greves operárias em outros países, juntamente com o gradual processo de industrialização e urbanização, foram elementos essenciais para a organização da primeira grande Greve Geral em 1917, que iniciou em São Paulo e rapidamente ganhou foco em outros Estados do país, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco. (CARONE, 1972, p. 44)

As greves de 1917 no Recife.

O auge da luta operária em Pernambuco ocorreu entre os meses de agosto e setembro. Porém, desde os primeiros meses de 1917, os operários, mesmo que de forma mais comedida, demonstravam insatisfação com as suas condições de vida e trabalho. (MOREIRA, 2005, p. 47)

Logo na primeira semana de janeiro, por conta do aumento do imposto federal sobre o cigarro e o fumo, os proprietários das fábricas Caxias e Lafayette resolveram paralisar a produção em forma de protesto. Visando a resolver esta questão, uma comissão de operários formada por: Francisco Sociano da Silva, José Tiburtino de Siqueira e Raul de Albuquerque Mello, é designada para discutir sobre o problema com o governador do Estado, Manoel Borba. Demonstrando os impactos negativos que o fechamento das fábricas de cigarro acarretaria para milhares de trabalhadores, solicitam que o governador intervenha junto ao ministro da fazenda no intuito de amenizar a grave situação. Ao final da reunião, Manoel Borba prometeu aos operários fazer o que estivesse ao seu alcance para solucionar a questão. (O NOVO..., 1917, p. 1)

Alguns meses depois, no dia 15 de maio, os tripulantes do vapor maranhense “TuryAssu”, ancorado no porto do Recife, decidiram paralisar as atividades, reivindicando um aumento das respectivas soldadas, alegando que o valor pago ficou deficiente em consideração aos valores que haviam sido contratados na capitania do porto do Maranhão. O comandante do

vapor, capitão Antônio Villas Boas Netto acompanhado por Francisco Rocha, agente da companhia no Estado, levou a situação até o capitão de fragata Júlio Cezar de Noronha Santos, comandante do porto. Noronha Santos alegou aos trabalhadores que somente no porto do Maranhão, na presença da direção da companhia, que eles poderiam apresentar as suas reivindicações. Além disto, o comandante do porto solicitou que fosse abonada ao comandante, oficiais e a tripulação do vapor a gratificação de 5% a 10%, enquanto estivesse ocorrendo a guerra europeia, baseado no decreto nº 554 de maio de 1916 do Ministério da Marinha. (GREVE, 1917a, p. 1)

No dia seguinte, mesmo após a negociação com o capitão do porto, os trabalhadores mantiveram a greve. Observando que não obteve êxito, o capitão ameaça os tripulantes com prisão, baseado no parágrafo 9 do art. 419 do regulamento das capitânicas do porto, que previa a prisão ao cumprimento do contrato ou devolução dos valores já recebidos. Uma tropa da polícia comandada pelo alferes Muniz Farias foi enviada até o local. A presença dos soldados armados fez com que os tripulantes do vapor voltassem aos seus postos de trabalho. A greve resultou em um prejuízo de cerca de 2 contos de réis à companhia dona do vapor e o tripulante Justino Bernardino, apontado como um dos líderes do movimento grevista, recebeu uma nota de mal comportamento. (TERMINOU, 1917, p. 2)

A paralisação dos tripulantes do vapor maranhense exemplifica bem como eram as greves das primeiras décadas do século XX. Sem a estruturação de forma mais efetiva dos operários em instituições para defender os seus interesses, as paredes se restringiam, na maioria das vezes, a uma fábrica, até mesmo a trabalhadores de um único setor do estabelecimento, ou como no exemplo elencado, a uma embarcação. Sendo assim, a repressão policial agia de forma mais eficaz, combatendo rapidamente qualquer tipo de movimento grevista. De acordo com Boris Fausto “as greves só tinham forte repercussão quando eram gerais ou quando atingiam setores-chave do sistema agroexportador, como as ferrovias e os portos”. (FAUSTO, 1995, p. 297)

Em julho, após o início da greve em São Paulo, havia o temor de que o movimento grevista atingisse outros Estados. No dia 1 de agosto, o Diário de Pernambuco publicou uma matéria intitulada “Prenúncios de Greve”, de acordo com a notícia:

Desde alguns dias falam com certa insistência que a parede levantada em São Paulo tinha ramificações em todos os Estados, onde mais cedo ou mais tarde, o operariado faria um levante.

Ontem esses boatos se tornaram mais insistentes.

Alegava-se até que o movimento rebentaria na “Pernambuco Tramways”. (PRENÚNCIOS, 1917, p. 1)

O resultado do “boato” foi a prisão do motorneiro Marcelino José Fernandes, conhecido popularmente como “baiano”, acusado de insuflar o ânimo dos seus companheiros de trabalho. Mesmo após o suspeito ter negado as acusações, a simples menção à ideia de uma greve fez com que fosse aumentada a vigilância nas ruas do Recife, pelos soldados do 1º batalhão de polícia. (AINDA, 1917, p. 1)

Visando a prevenir que acontecesse uma greve em Pernambuco nos mesmos moldes das que ocorriam em outros Estados, o governador Manoel Borba convoca as classes operárias para tratar sobre a carestia da vida. Em decorrência do convite, a Confederação Operária de Pernambuco realizou uma sessão na sede da Sociedade Literária Theotônio Freire, localizada na rua das Hortas nº41. A sessão iniciada por Victor Mariano e acompanhada por representantes das associações confederadas, tinha como objetivo a aprovação de um memorial que seria encaminhado ao governador. No mesmo dia, na Praça da Independência, foi realizado um comício pelo Sindicato de Ofícios Vários¹ para protestar contra a atitude passiva da Confederação Operária de Pernambuco, diante do estado precário em que se encontrava o operariado pernambucano. Após os discursos, uma comissão foi encarregada de levar as pautas defendidas pelo Sindicato de Ofícios Vários à imprensa; são elas:

- 1º- A jornada de 8 horas, aumento de salários e fixação do salário mínimo.
- 2º- Abolição do trabalho infantil nas fábricas e oficinas, só podendo trabalhar nas mesmas as crianças maiores de 14 anos.
- 3º- Equiparação do salário da mulher ao do homem.
- 4º- Responsabilidade dos patrões nos acidentes do trabalho.
- 5º- Obrigação dos patrões a subvencionarem aos operários quando impossibilitados de trabalhar por moléstia ou velhice, concorrendo com 70% do salário.
- 6º- A higiene, ventilação e luz nas fábricas, oficinas, cozinhas de hotéis, padarias, e em todos os departamentos de trabalho.
- 7º- Diminuição de 30% nos aluguéis das casas.
- 8º- Diminuição do preço de locomoção fluviais e terrestres.
- 9º- Diminuição imediata dos preços dos gêneros de primeira necessidade.
- 10º- Pagamento pontual nas oficinas, nas fábricas em todos os departamentos de trabalho. (O COMÍCIO..., 1917, p. 2)

A diferença entre as abordagens da Confederação Operária e do Sindicato de Ofícios Vários frente a carestia evidencia a pluralidade que existia dentro do Movimento Operário, indo ao encontro à crítica que Thompson fez aos marxistas contemporâneos a ele, que, segundo o autor, abordavam a classe operária de uma forma muito generalizada, “capaz de ser definida quase matematicamente, uma quantidade de homens que se encontra numa proporção com os

¹ O Sindicato de Ofícios Vários representava os trabalhadores da construção civil: pedreiros, serventes, pintores.

meios de produção. Uma vez isso assumido, torna-se possível deduzir a consciência de classe que “Ela deveria ter””. (THOMPSON, 1963, p. 10), Para Thompson, a classe não deve ser tratada como uma estrutura, nem mesmo uma categoria, mas como um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos dispares e aparentemente desconectados. Desta forma, há lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que viveram experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei que generalize o Movimento Operário. (THOMPSON, 1963)

Portanto, não existia a “classe operária” de forma unificada, como um grupo de indivíduos que vivenciam experiências semelhantes e se articulam da mesma forma, seguindo os mesmos valores, e sim diferentes classes operárias que buscavam se organizar, muitas vezes, seguindo linhas distintas de atuação em defesas dos seus interesses. De acordo com Carone (1972), as vertentes ideológicas mais comuns desse período eram a socialista e a sindicalista. Semelhantemente à Confederação Operária, os socialistas adotavam como tática a resistência, porém eram abertos ao diálogo com os patrões e os governantes, buscavam as melhorias que os operários necessitavam através da ação política, enquanto os sindicalistas, como o Sindicato de Ofícios Vários, defendiam o fortalecimento dos sindicatos como o principal meio de luta pelos direitos dos trabalhadores.

Em relação a como se encontrava o movimento operário no início do século XX, de acordo com Céli Regina Jardim Pinto:

Nas primeiras décadas do século XX os imigrantes, principalmente italianos e, em menor medida, espanhóis e portugueses, tornaram-se operários na nascente indústria paulista e carioca, e com eles foram introduzidas no país as ideias libertárias do anarquismo. O ideário anarquista esteve presente com impetuosidade nas primeiras grandes greves operárias no Brasil e contribuiu para radicalizar o debate sobre a questão da exploração do trabalho pelos capitalistas. A efervescência dessas ideias pode ser comprovada não só pelas greves, mas também pela existência de uma imprensa anarquista muito ativa, na qual a presença da mulher como colaboradora era uma constante. (PINTO, 2003, p. 33).

Acerca do item 3 da pauta do Sindicato de Ofícios Vários, que reivindicava a equiparação salarial da mulher ao homem, é uma evidência da influência do movimento feminista nas organizações operárias. De acordo com Céli Pinto (2003), o movimento feminista nas primeiras décadas do século XX estava difundido entre três principais vertentes, uma delas organizada por Bertha Lutz e as demais participantes da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, que tinha em essência a luta pelos direitos políticos da mulher, no entanto, em virtude da maioria das componentes serem integrantes da elite intelectual e econômica do país, além de não afrontar os poderes constituídos e a posição dos homens, era considerado um feminismo

bem-comportado. O feminismo classificado como “malcriado”, era feito por mulheres que publicavam suas críticas em periódicos, escreviam peças de teatro e livros. Dentro do movimento, na vertente considerada mais radical, estavam as operárias e intelectuais de esquerda, que utilizando do anarquismo, lutavam pelo fim dos maus tratos da mulher, direito à educação, melhores condições de trabalho e salários justos. Além destas vertentes existia a do feminismo difuso, ainda buscando adeptas ao movimento.

Alguns dias após o comício, os calafates da casa Cory Brothers se declararam em greve, reivindicando o aumento do salário, visando a minorar justamente os efeitos da carestia que afligia os operários, de acordo com o depoimento do contramestre, Valério dos Santos:

Nós há tempo que trabalhamos como calafates da casa “Cory Brothers”, com uma diária de 5\$000.

Atualmente, porém, com a carestia da vida, não podemos continuar a receber a mesma diária.

Por isso, recorreremos ao chefe daquela firma, a quem fizemos a nossa reclamação, pedindo o aumento de salário.

Ele, no entanto, não atendeu, naturalmente porque não achou justo o nosso pedido.

Diante desse fato, nos declaramos em greve pacífica.

Não queremos perturbar a ordem pública, desejamos apenas o aumento de 1\$000 em nossa diária.

Acho que o nosso pedido é o mais justo possível, portanto, digno de ser atendido pelo nosso chefe. (OS CALAFATES..., 1917, p. 2)

A carestia da vida era uma das pautas mais debatidas do período; o fenômeno econômico, que tinha como principal motivo a guerra na Europa, elevou os custos da produção e o valor dos bens de consumo primários, não havendo reajustes salariais na mesma proporção. Os trabalhadores que já viviam na pobreza, viram a sua situação ficar ainda mais agravada. Segundo Seabra (2011), a carestia foi o principal motivo de união entre a grande massa adepta ao movimento operário. As ideias e os projetos para combater o problema eram debatidos em vários âmbitos: sindicatos, praças públicas, e instituições do Estado.

Um bom retrato dos impactos da crise na população mais pobre é observar o aumento dos alimentos em comparação à média salarial dos trabalhadores. Em virtude da valorização do açúcar, os trabalhadores do campo que trabalhavam no cultivo da cana-de-açúcar receberam um aumento salarial, passando a receber 2\$000 reis, antes recebiam entre 1\$200 e 1\$500, a charque custava por volta de 1\$200 a 1\$400, com a crise econômica, passou a custar 2\$000, (A CARESTIA..., 1917, p. 3) o mesmo valor do salário do trabalhador rural, em comparação com o salário dos calafates da casa Cory Brothers 5\$000, (OS CALAFATES..., 1917, p. 2) a charque corresponde a quase metade do valor recebido. Esta era a grave situação em que a classe operária da cidade do Recife estava inserida: apenas um item alimentício básico consumia boa

parte dos seus vencimentos. Em uma matéria do Jornal Pequeno intitulada de “A carestia da vida no Recife: uma ligeira análise a respeito”, é feita a seguinte descrição sobre a carestia:

As reclamações, as queixas que constantemente se ouvem contra a excessiva carestia da vida em nossa capital, têm a sua razão de ser, procedem plenamente. Não são elas filhas desse espírito de imitação tão índole do nosso povo. Aqui não se reclama, nem se grita, porque as reclamações e os gritos já foram ouvidos no Rio, em São Paulo, Porto Alegre, Paraná, e agora na Bahia. Aliás, entre a ação dos que gritam naqueles pontos e os que reclamam aqui, há logo a grande diferença da calma, que não abandonou ainda os que são mais atingidos por essa fase anormalíssima, não se notando felizmente, entre nós, o menor sintoma de intolerância e desordem. (A CARESTIA..., 1917, p. 3)

A “calma” da classe operária não durou por muito tempo. No dia 31 de agosto, circulou nas ruas do Recife, um boletim criticando a falta de providências do governador do Estado contra a carestia, e convocando os trabalhadores do comércio e os operários a se unirem em greve:

Aos Empregados do comércio e às classes operárias
Em vista do Sr. Governador do Estado não ter tomado nenhuma providencia contra a carestia da vida conforme tem prometido, e estarmos fartos de esperar pelas suas promessas vãs, convidamos os empregados do comércio, as classes operárias e o povo em geral para tomar parte em um grande meeting a se realizar no próximo domingo (dia 17 na Praça da Independência, a fim de protestarmos contra a carestia da vida, e pedirmos o fechamento do comércio às 18 horas.
Companheiros, sejamos unidos!!! A união faz a força!!
Ou fazemos a greve ou morremos de fome!!
Viva a greve!
Viva a liberdade! (AOS OPERÁRIOS..., 1917, p. 2)

Em uma rápida resposta ao boletim, a Associação dos Empregados no Comércio declara que não apoia o *meeting*, nem a greve geral da categoria. Ademais, recomenda que os seus associados não participem dos atos e fujam dessas “explorações”. (AO COMÉRCIO..., 1917, p. 3)

No entanto, em virtude da falta de soluções para o problema da carestia da vida, que deixava cada vez mais a classe operária na pobreza, além dos êxitos dos movimentos grevistas em outros Estados do país, parecia questão de tempo para que uma greve geral acontecesse em Pernambuco.

No primeiro dia do mês setembro, os operários da Ponte 7 de Setembro, após receberem o pagamento da diária, se declararam em greve, exigindo um aumento do salário, e a sua reivindicação foi atendida, recebiam cerca de 2\$500 e passaram a receber 3\$000. (OS OPERÁRIOS..., 1917, p.1) Mais do que o aumento recebido, a vitória conquistada pelos operários da ponte foi um fator primordial para que a classe operária na cidade do Recife, reivindicasse os seus direitos via greve.

Na mesma semana, uma comissão do Sindicato de Ofícios Vários percorreu as ruas do Recife, de obra em obra, convidando os seus companheiros de classe a aderirem ao movimento e irem até a sede do sindicato, do qual os trabalhadores da construção civil eram associados, para discutirem as pautas e as estratégias de uma greve geral que deveria durar enquanto se mantivesse a intransigência dos empregadores em atender as suas reivindicações. (O MOVIMENTO..., 1917a, p.2)

A reunião foi comandada por José dos Santos Minhocal, presidente do Sindicato de Ofícios Vários, secretariado por Tiburtino dos Santos e Pedro Bezerra. Assistiam a reunião: pedreiros, marceneiros, carpinas, carpinteiros, pintores e serventes. Após muito debate, o presidente do sindicato expôs as pautas da greve: aumento de 50% do salário e redução da carga horária de trabalho para 8 horas diárias. Declarou que tais medidas eram fundamentais para combater os efeitos da carestia da vida, sendo necessário que todos se mantivessem firmes, só voltando aos postos de trabalho quando as reivindicações fossem atendidas. A proposta foi aceita pela maioria dos presentes, ficando deliberado que aguardassem a resposta dos patrões ao memorial que seria enviado. Os membros da comissão responsáveis por conseguir apoio de mais operários informaram a adesão da Associação dos Artistas Cívicos, da Sociedade dos Carpinteiros e de duas oficinas de calçados. Mas nem todas as notícias são favoráveis. Chegou ao sindicato a informação de que alguns operários foram presos enquanto visitavam as fábricas e oficinas. Em virtude das prisões, é nomeada uma comissão composta por: Pedro Alexandrino da Silva, Ranulpho Edesio e Pedro Bezerra, para resolverem a questão junto ao desembargador chefe da polícia. (O MOVIMENTO..., 1917a, p. 2)

Como podemos observar, as principais pautas da greve têm aspectos econômicos e imediatistas: questões salariais e melhores condições de trabalho. Segundo Carone (1972, p. 42), a limitação da greve a essas pautas a enfraquece e cerceia, tendo em vista, que em nenhum momento questões mais amplas são levantadas: o seu sentido político e análises sobre a estratégia de luta. Quando acontece a resolução da greve, qualquer simples conquista material provoca a superação do impasse. No entanto, “os aumentos de salários logo eram corroídos pela inflação”. (FAUSTO, 1995, p. 302)

No dia 4 de setembro, chegou até a sede do Sindicato de Ofícios Vários, as notícias das adesões de várias categorias profissionais ao movimento, sendo a mais importante, a da Sociedade dos Marceneiros, cuja maioria dos membros eram operários da Serraria Moderna.

De acordo com o gerente da Serraria Moderna, Christovão Auler, dos 260 trabalhadores, apenas 80 tinham ido trabalhar. (O MOVIMENTO..., 1917a, p. 2)

Uma grande concentração de operários tomava conta da rua Lomas Valentinas nº 164, sede do Sindicato de Ofícios Vários; muitos assistiam a sessão e outros ficavam nos arredores aguardando informações sobre novas adesões. Quando o desembargador Antônio Guimarães, acompanhado de agentes da polícia, chegou até a sede do sindicato. Solicitando que fosse dissolvida a reunião, “por não ser conveniente a ordem pública”, argumentou que deveria ser criada uma comissão com plenos poderes para agir, convidou os presentes a se retirarem e voltarem aos seus postos de trabalho enquanto a comissão resolvesse a questão. (GREVE, 1917d, p. 3)

Em observância com o aumento da adesão dos operários a greve, além da repressão policial, a Confederação Operária de Pernambuco divulgou uma carta à imprensa, afirmando que tentou por todos os meios resolver os problemas relacionados a carestia da vida, mas não obteve sucesso, por conta disso, abre mão do que em teoria seria a sua principal função, organizar e lutar pelos interesses dos operários.

A Confederação Operária Pernambucana ao público e às associações confederadas.

Esta corporação, tendo procurado resolver por todos os meios persuasórios o problema da carestia da vida e lhe sendo impossível chegar a um resultado satisfatório, por motivos alheios a sua vontade, é coagida a abandonar o campo da ação deixando inteiramente livre a quem melhor possa desdobrar esta campanha do direito e da justiça. (A IMPRENSA..., 1917, p. 3)

Mesmo sem o apoio da Confederação, a greve se espalhou pelo Recife; de vários pontos da cidade chegavam as notícias de novas adesões ao movimento: a Sociedade dos Estivadores, as classes de carvoeiros da casa Wilson, Sindicato de Construção Civil da Várzea, carpinteiros dos estaleiros, diversas oficinas como: a dos barriqueiros, ferreiros, tanoeiros e marceneiros. Segundo os membros do Sindicato de Ofícios Vários, cerca de 8.000 operários eram solidários à causa. (GREVE, 1917e, p. 3)

As mulheres operárias tiveram um papel fundamental; uma das adesões mais importantes foi a das cigareiras das fábricas Caxias e Lafayette; na primeira, todas as operárias aderiram ao movimento e na segunda, uma fração significativa. Muitas assinaram um convite para a realização de um *meeting* da classe para discutir os encaminhamentos da greve. (O MOVIMENTO..., 1917b, p. 3)

Observando o aumento de adesões ao movimento grevista, o Diário de Pernambuco publicou as seguintes linhas:

O movimento grevista parece que vai recrudescendo.
A parede toma um caráter mais sério do que a princípio se julgava ter, por conta das adesões que têm encontrado os operários da construção civil que se manifestaram desde segunda-feira última.

Trasanteontem eram apenas os pedreiros, anteontem os marceneiros e os outros operários de classes anexas, ontem mais operários e trabalhadores de empresas várias. Logo pela manhã, verificou-se a adesão dos operários das fábricas de cigarro Caxias e Lafayette. (GREVE, 1917e, p. 3)

As sessões continuavam a acontecer na sede do Sindicato de Ofícios Vários, contando com cada vez mais operários que tinham a oportunidade de expor suas ideias para serem debatidas. Começou a ser distribuído um boletim convidando mais trabalhadores a aderirem à causa, em favor do aumento dos salários e diminuição da jornada de trabalho.

AOS OPERÁRIOS – Companheiros! ...

Felizmente é chegado o momento de despertarmos desta funesta letargia em que nós achamos desde eras remotas.

É preciso que o operário de hoje não se considere somente uma máquina de trabalho. Não! Assim como o burguês que nada produz e tem o direito de tudo consumir e de tudo gozar, nós também que somos a força produtiva do globo terrestre temos também o direito de gozar ao menos uma terça parte da força produtiva dos nossos braços.

E nesse sentido é preciso que todos nós, num brado uníssono que tumbe em toda a parte deste orbe, lavre o nosso protesto.

Na sede do Sindicato de Ofícios Vários a rua Loma Valentinas, nº164, estamos em sessões parciais, em defesa dos companheiros da Construção Civil e de todos os operários em geral para obtermos o aumento de nossos salários e diminuição nas horas de trabalho. – Avante companheiros. – União e Solidariedade. (MOVIMENTO, 1917a, p. 2)

As ruas do Recife pareciam um cenário de guerra, muitas tropas da polícia por todos os lados, a cada dia crescia a lista de fábricas, oficinas e demais estabelecimentos que funcionavam garantidos com a presença de unidades armadas. (MOREIRA, 2005, p. 58). Houve um incidente em frente à fábrica de cigarro Caxias, entre operários e a polícia, sob o pretexto de manter a ordem pública; agiram com violência para dispersar os trabalhadores. Com a mesma justificativa, as tropas armadas dispersaram os operários em frente ao Sindicato de Ofícios Vários, havendo correria e violência. Os operários se reuniram em uma passeata até a Repartição Central da Polícia, para prestar uma representação ao desembargador de polícia contra as atitudes tomadas pelas tropas. O desembargador recebeu uma comissão dos operários em seu gabinete, formada por: Hermenegildo Tiburtino, Francisco Carneiro e João Carvalho. O chefe de polícia disse que iria se informar sobre as atitudes dos seus subalternos, afim de agir a respeito como de direito. Porém, ao ser procurado pela imprensa para comentar acerca dos incidentes, afirmou que “os operários que foram até a frente da fábrica Caxias aliciar seus companheiros, mereceram a ação da cavalaria que estava lá presente”. (GREVE, 1917e, p. 3)

Em declaração à imprensa, José dos Santos Minhocal, presidente do Sindicato de Ofícios Vários, contou que estava satisfeito com a solidariedade encontrada nas várias classes; julgou que o movimento caminhava para uma solução satisfatória e criticou as ações da polícia, que

estaria proibindo um direito garantido pela constituição: a livre expressão do pensamento na imprensa e na tribuna. Concluiu falando sobre a participação de elementos estranhos militando dentro do movimento dos operários, segundo Minhocal “não se aplaude o gesto desses perturbadores[...] E que não exigem aos operários, seus companheiros, manifestações forçadas, mas espontâneas”. (GREVE, 1917f, p. 3)

O dia 6 de setembro ficou marcado como o auge da repressão durante a greve; ao meio dia, cerca de 300 operários das oficinas da Pernambuco Tramways entraram em greve, se dirigindo até a sede do Sindicato de Ofícios Vários. Pouco tempo depois, os motorneiros e condutores da mesma companhia pararam seus carros na avenida Rio Branco. Além das pautas defendidas pelos demais grevistas, os trabalhadores da companhia de bondes reivindicavam mais 50% sob o salário quando em serviço extraordinário: nos domingos, feriados, dias santos e a noite. Uma comissão foi formada com o objetivo de levar as cláusulas ao superintendente da Pernambuco Tramways. O nome dos que compunham a comissão eram: Eduardo Eustaquio Ramos, Abdom Marques de Oliveira, Manoel Martins Moreira e José Braz de Souza. (MOVIMENTO, 1917b, p. 2)

Em resposta a paralisação dos motorneiros e condutores, o desembargador da polícia enviou tropas da cavalaria até o local, havendo um confronto com os grevistas; da confusão, saíram feridos o motorneiro Isaac Aurino de Souza, de 20 anos de idade, com uma ferida no olho direito e Procópio Ferreira da Silva, 25 anos de idade, com um ferimento nos lábios, o auxiliar de comércio Francisco Augusto da Silva, 24 anos de idade, ferido na mão direita, além de Manoel Balbino de Lima e do menor de 12 anos, Raul Simplício. Para restabelecer o funcionamento dos bondes, inspetores, motorneiros fiscais e funcionários do escritório, assumiram as funções dos grevistas. Além disso, cada bonde levava dois soldados armados com carabinas. (MOVIMENTO, 1917b, p. 2)

Segundo Hall e Pinheiro (1985, p. 102), a repressão a membros do movimento operário era maior do que contra os trabalhadores de modo geral. Entre as práticas repressivas, as mais frequentes, além da brutalidade, eram o fechamento das sedes dos sindicatos e as prisões dos líderes do movimento. Além disto, era comum os patrões demitirem os trabalhadores que ingressassem em qualquer tipo de associação de operários. De acordo com Dianna (2016, p. 25): “o governo brasileiro e de outros países mantinham uma relação de comunicação de nomes de operários “suspeitos” que pudessem, de alguma forma, subverter a ordem vigente imposta pelas classes dominantes”.

Nesse entretempo, estive na sede do Sindicato de Ofícios Vários uma comissão formada por: Paulo Cariolano, Manoel Caetano, Oscar Ramos, João Capistrano, Luiz Freitas e Francisco Sobral, representando o Congresso Acadêmico² que expressaram a sua solidariedade aos grevistas; Francisco Sobral, presidente da comissão, declarou que enquanto as exigências da classe operária fossem justas e legais, contassem com o apoio do Congresso. Às 15:00 horas, José dos Santos Minhocal, foi convocado até a sede da polícia para tratar sobre a dissolução das reuniões na sede do sindicato. Uma hora depois, o próprio chefe de polícia, acompanhado por tropas armadas, foi até a sede do Sindicato de Ofícios Vários, intimou todos os que estavam presentes a deixarem o local e fechou a sede, sob a alegação de que as contínuas reuniões que ocorriam no local estavam causando alterações na ordem pública, deixando um piquete de cavalaria sob o comando do 2º tenente Antônio Muniz no local. (MOVIMENTO, 1917b, p. 2)

Na manhã seguinte, o desembargador Antônio Guimarães, determinou a prisão de José dos Santos Minhocal, suspeito de ser o principal chefe do movimento grevista, a mente por trás da distribuição dos boletins instigando as classes à greve, desta forma, sendo considerado um elemento perturbador da ordem pública. Após a prisão, Minhocal foi levado até a Casa de Detenção, onde ficou incomunicável e à disposição das autoridades policiais. (GREVE, 1917g, p. 3)

O aumento da adesão de funcionários à greve foi proporcional ao da repressão contra os grevistas, confrontos, prisões e fechamento das sedes dos sindicatos se tornaram cada vez mais recorrentes. Visando a ampliar as tropas, o desembargador Antônio Guimarães convocou os suplentes de subdelegados para voltarem a ativa. Além disto, em um tom de ameaça, divulgou uma nota à imprensa declarando não consentir com o *meeting* que estava marcado para acontecer na Praça da Independência, desaconselhando as pessoas a participarem do ato, “para que a paz e a ordem não sejam de modo algum alteradas”. (GREVE, 1917f, p. 3)

Em resposta as medidas adotadas pela polícia, o Sindicato de Ofícios Vários, divulgou uma nota à imprensa, afirmando que a instituição mantém o seu caráter pacífico, mesmo após os últimos acontecimentos, porém não assume a responsabilidade por atos praticados por alguns operários exaltados em virtude das últimas ações da polícia. (O MOVIMENTO..., 1917c, p. 3)

Aproveitando do estado de desorganização em que os paredistas se encontravam, sem o principal líder do movimento, José dos Santos Minhocal, preso e incomunicável, além de não possuírem local para fazerem as reuniões, o desembargador Antônio Guimarães convidou até o

² O Congresso Acadêmico era formado por estudantes das escolas superiores de Pernambuco, além dos bacharelados da Faculdade de Direito do Recife.

seu gabinete o presidente da Confederação Operária de Pernambuco, João Cancio, que se declarou favorável a dar uma solução amigável ao movimento, explicando aos seus companheiros as vantagens de um acordo com os patrões. Sendo assim, o desembargador voltou a defender a ideia de que os grevistas deveriam formar uma comissão e cada categoria profissional escolher um representante para formular as pautas a serem apresentadas aos patrões. As pautas deveriam conter medidas razoáveis, diferente das apresentadas pelo Sindicato de Ofícios Vários, além disto, as reuniões deveriam ser acompanhadas por um representante da polícia. Satisfeito com os termos propostos, Cancio afirmou que aceitaria o desembargador como mediador da questão e que aconselharia os seus companheiros a fazerem o mesmo. (MOVIMENTO, 1917c, p. 2)

Alguns dias depois, a Confederação publica um convite às associações confederadas para participarem de uma reunião.

Esta corporação operária a contragosto do espírito que presidiu seu ato a abandonar o campo de ação deixando-o franco a melhores orientadores desta nobilíssima campanha contra a carestia de vida, campanha que tomou os ombros com o fim de dirimir o estado aflitíssimo dos seus companheiros é forçado por circunstâncias imprevistas e solicitações a voltar a arena.

Por isso, mais uma vez, convida as associações confederadas para uma reunião e que terá lugar amanhã às 12 horas na rua Duque de Caxias, nº75.

Outrossim, este convite é extensivo às autoridades policiais, aos operários que desejarem tomar parte na mesma e à imprensa.

Depois será nomeada uma comissão que irá se entender com um comerciante, um industrial, um construtor e um proprietário a bem dos interesses da classe.

A comissão, Marcelino Cancio, José Maria Alves do Santos e Jeronymo da Matta. (MOVIMENTO, 1917d, p. 2).

As últimas ações adotadas pelo desembargador chefe da polícia causaram uma evidente desmobilização dentro do movimento grevista: a violência com que as tropas armadas agiam contra os operários, as perseguições por parte dos patrões, os fechamentos das sedes dos sindicatos, principalmente a do Sindicato de Ofícios Vários, que funcionava como uma espécie de gabinete central para os grevistas, local onde ocorriam constantes reuniões, distribuição de boletins, anúncios das adesões e demais encaminhamentos sobre a greve. Os associados até procuraram outros locais para uma nova sede, porém, pela pressão contrária ao movimento, não encontraram nenhum locatário disposto a ceder algum espaço. Os responsáveis pelas negociações com a classe patronal passaram a ser a Confederação Operária de Pernambuco e o Congresso Acadêmico.

Os reflexos da desmobilização, foi a volta de parte dos operários aos seus postos de trabalho, na maioria dos casos sem quaisquer condições terem sido atendidas. A Pernambuco Tramways resolveu dispensar os funcionários que continuavam em greve, até mesmo mandou

prende-los quando voltaram ao trabalho, os motorneiros: Antonio Monteiro Filho, Saturnino Serapião Bezerra, Camilo Porphirio, Antônio Lopes da Costa, Procópio Joaquim Ferreira e Alfredo Costa, foram acusados de participar de movimento sedicioso. (MOVIMENTO, 1917c, p. 2).

Enquanto isso, muitos trabalhadores compareceram à reunião convocada pela Confederação Operária, tendo como objetivo a formação da comissão e dos termos que seriam apresentados aos patrões; os representantes dos diferentes sindicatos escolhidos através da aclamação foram: Francisco Moraes, Olímpio Caloete, João Guilherme da Silva, Martinho Campos do Nascimento e Antônio Nestor dos Santos. Estes operários, juntamente com uma comissão da Confederação e do Congresso Acadêmico, foram responsáveis pela negociação com o governador e a classe patronal. No entanto, as medidas iniciais apresentadas pelo Congresso Acadêmico, para que o mesmo auxiliasse os trabalhadores no seu pleito, foram alvo de muitas críticas, o Congresso solicitou que enquanto se resolvesse a questão, os trabalhadores voltassem aos seus postos de trabalho. Em seu discurso para defender tal medida, o presidente da instituição, Francisco Sobral, apontou que os operários de Pernambuco não possuíam uma estrutura: posto médico, farmácia, caixas de depósito, desta forma, não podendo vencer as greves que levantassem. Em resposta, Ranulpho Edésio, associado do Sindicato de Ofícios Vários, pediu a palavra e defendeu que os operários não deveriam voltar ao trabalho, os mesmos não poderiam se submeter a acordos, conchavos, insinuações. Estas práticas já haviam falhado anteriormente: a ação do operariado deveria ser direta. Ainda durante o seu discurso, o operário fez críticas às ações da polícia durante a greve, de acordo com Edésio, os operários só deveriam voltar ao trabalho após o chefe de polícia abrir a sede do Sindicato de Ofícios Vários e fazer uma sessão para debater sobre o tema. (GREVE, 1917h, p.2)

Em forma de protesto, os operários da construção civil divulgaram uma nota na imprensa.

“Segundo as resoluções tomadas pelo “Centro Acadêmico” e “Confederação Operária de Pernambuco”

Protestamos contra a forma pela qual as intermediárias pretendem solucionar o nosso movimento grevista, uma vez que vemos nas suas propostas a humilhação do operariado diante dos patrões e bem assim o prejuízo que nos causa e aos nossos companheiros que se têm mantido firmes no momento atual. (O MOVIMENTO..., 1917d, p. 3)

Os funcionários da Serraria Moderna voltaram ao trabalho, assim como boa parte das fábricas de cigarro Caxias e Lafayette. (O MOVIMENTO..., 1917d, p. 3)

A expansão da Greve Geral

Com a volta de boa parte dos operários ao trabalho, parecia que a greve estava chegando ao seu fim, pelo menos na capital. (MOREIRA, 2005, p. 61). Entretanto, na cidade de Jaboatão, no dia 10 de setembro, cerca de 150 operários das oficinas da *Great Western* paralisaram às suas atividades. Em atitude pacífica, os trabalhadores entregam à direção da empresa um memorando com as seguintes reivindicações:

- a) Aumento de 50% sobre o salário;
- b) Limitação para 8 horas de serviço;
- c) Abolição de empreitadas;
- d) Dois passes livre por mês, para cada operário e sua família.
- e) Garantia de os operários não serem demitidos sem motivos justificáveis.
- f) Garantia de metade do salário em casos de acidentes ou doenças. (O MOVIMENTO..., 1917e, p. 1)

Em resposta ao ato dos operários das oficinas de Jaboatão, na Estação Central, situada no Recife, os trabalhadores da *Great Western* tentaram paralisar às atividades. Porém a rápida intervenção da polícia fez fracassar os planos. No entanto ao saberem da tentativa de greve, muitos associados do Sindicato de Ofícios Vários foram até a estação prestar solidariedade aos companheiros. (O MOVIMENTO..., 1917e, p. 1)

Através de telegramas, o desembargador recebe informações sobre uma greve dos trabalhadores da Usina Jaboatão e na Vila Nathan; segundo o delegado de Jaboatão, os trabalhadores telegrafaram para os seus companheiros em Palmares e Cabedelo solicitando adesão ao movimento. (O MOVIMENTO..., 1917f, p. 1)

Percebendo o aumento de incidências de greves em Jaboatão, o Desembargador de Polícia do Recife envia 10 praças para reforçarem o efetivo da cidade. Neste entretanto, o superintendente da *Great Western*, Mr. Castle, recebe uma comissão de operários formada por: Odilon Craldre, Alberto Gama, Alberto Sancho, Plácido Manoel e Severiano Manoel. Com o intuito de discutirem sobre as reivindicações dos operários. Após ouvir os termos, o superintendente afirmou que a companhia não possuía caixa para atender às reivindicações. (O MOVIMENTO..., 1917f, p. 1)

Os trabalhadores da Fábrica de Tecidos da Torre, dividida em dois anexos, a “Nova” e a “Antiga” Torre, paralisaram as atividades em protesto contra os maus tratos, pelo aumento dos salários e limitação da carga horária. A greve foi iniciada na Nova Torre e ao tomarem ciência do ocorrido, os trabalhadores do anexo da Antiga Torre também aderiram à greve. (O MOVIMENTO..., 1917f, p. 1) Além das reivindicações por melhores salários, uma das principais pautas das greves era a luta por melhores condições de trabalho. De acordo com Hall

e Pinheiro (1985, p. 103), relatos de violência e abusos dos proprietários e contramestre contra os operários apareciam de forma frequente na imprensa e os observadores que iam até as fábricas, as descreviam como um espaço de castigo e confinamento.

As mulheres operárias, por conta de todo preconceito que sofriam e da desvalorização salarial, sentiam ainda mais os efeitos da carestia e das práticas abusivas. De acordo com o relato de Vicentina Burgos Monteiro, que foi escolhida como porta voz dos operários e operárias da Fábrica de Tecidos da Torre, sendo uma pessoa de confiança da maioria, tendo em vista, que era professora particular dos filhos dos trabalhadores, além de esposa de um dos operários e também ter sido operária da mesma fábrica por 8 anos, segundo ela, durante sua experiência enquanto operária e pelos relatos que escuta, é notável que as operárias eram vítimas de explorações por parte dos patrões. Por conta do rigor que o trabalho exigia e da falta de alimentação, por causa do baixo salário que recebiam, cerca de 1\$500, as operárias chegavam a ser acometidas de síncope e tuberculose, sendo atendidas pela Assistência Pública. (O MOVIMENTO..., 1917f, p. 1)

Observando os novos focos grevistas na cidade do Recife, além da expansão para outras cidades, especialmente Jaboatão, Antônio Guimarães convoca para uma reunião em seu gabinete membros do Congresso Acadêmico, com a finalidade de buscarem uma solução definitiva para o movimento grevista. Os acadêmicos sugerem ao delegado a realização de uma reunião com as classes operárias na casa nº 224, situada na rua da Glória, sendo atendidos. (GREVE, 1917i, p. 3)

Entre as categorias em greve, as que causavam maior impacto na cadeia produtiva do Estado eram os estivadores e carvoeiros. Boa parte das embarcações que chegavam até o porto saíam sem descarregar ou carregar as cargas, ocasionando um grande prejuízo para as empresas. Sendo assim, visando a evitar mais perdas, as principais companhias que operavam no porto do Recife se reuniram para tratar sobre as reivindicações dos operários, que foram atendidas de forma parcial. Os estivadores passaram a receber 8\$000 por dia, 14\$000 a noite, domingos e feriados, a jornada de trabalho das 7 às 17 com intervalo de 1 hora para refeições. Os carvoeiros passaram a receber 6\$000 por dia e 12\$000 a noite, domingos e feriados, a jornada de trabalho iniciando das 6:30 às 13:00 com 1 hora de intervalo para refeições. (O MOVIMENTO..., 1917g, p. 1)

Enquanto algumas categorias profissionais conseguem acordos, o Congresso Acadêmico, mesmo sobre muitas críticas de parte do operariado, recebeu plena autorização para representar os trabalhadores no pleito com os patrões. Porém, na reunião realizada no dia 14

com a classe patronal, apenas cinco patrões compareceram: Francisco Lopes de Assis Silva, Giovanni Giola, Rodolpho Lima, Manoel Vieira da Cunha e Manoel Dias. Após a apresentação dos memoriais das classes operárias, os patrões afirmaram que as empresas não apresentavam condições para atender as reivindicações dos operários. Desta forma, sem nenhuma das suas pautas tendo sido atendidas, chegou ao fim à greve. (GREVE, 1917j, p. 3)

Considerações finais sobre o movimento grevista

Findadas as greves que acompanhamos, é necessário fazer uma análise sobre o movimento operário, dando ênfase a aspectos como: a organização política e social dos operários em Pernambuco: sindicatos, associações e os demais tipos de instituições, os fatores que levaram à declaração da greve e os seus reflexos, além da participação dos jornais, principal meio de comunicação do período.

Durante as primeiras décadas do século XX, o Brasil passava por um lento processo de industrialização e urbanização, sendo um país com a economia voltada majoritariamente para a produção agrária. Por conta disto, a maior parte da população habitava as zonas rurais, nas cidades, o número de fábricas e demais estabelecimentos industriais era diminuto, sendo assim, a quantidade de operários estava reduzida na mesma proporção. Fora do principal eixo econômico do país: Rio de Janeiro e São Paulo, a porcentagem de trabalhadores fabris era ainda mais modesta, como em Pernambuco, que durante a Greve Geral de 1917, segundo estimativas dos operários, contou com o apoio de cerca de 8.000 trabalhadores. (GREVE, 1917e, p. 3). O número reduzido de membros, fazia com que a influência política e social do movimento fosse menor. (FAUSTO, 1995, p. 297)

Um dos elementos essenciais na composição do operariado no Brasil durante o início do século XX, foi a participação dos imigrantes europeus nas fábricas e demais estabelecimentos empresariais. A partir da chegada dos imigrantes, jornais de origem estrangeira começaram a circular com mais frequência, o que permitia a classe operária se atualizar sobre os acontecimentos do movimento operário na Europa, novas obras e vertentes políticas. Entre essas vertentes, uma das que ganhou mais força no Brasil foi o anarquismo, diferente do sindicalismo, em que as instituições possuíam listas com os nomes dos sindicalizados, tornando mais fácil a adoção de ações repressivas por parte do patronato e do Estado. Devido a seu caráter difuso, os anarquistas se espalharam em diferentes núcleos e defendiam a Ação Direta, de acordo com Carone, o termo Ação Direta significava “nada de intermediários, ligação com o governo ou compromisso político. O que interessa é o proletariado buscar seus direitos, lutar contra a classe dominante e não ter peias políticas e institucionais com a burguesia.” (CARONE, 1972, p. 41)

No entanto, um dos principais entraves à luta operária era a falta de coesão entre a classe. Desde a Proclamação da República em 1889, houve inúmeras tentativas de fundação de partidos que representassem os operários, porém, em virtude da forte repressão patronal e das instituições do Estado, os partidos, geralmente, duravam menos de 2 anos. (CARONE, 1972, p. 30) A criação de uma representação partidária, era algo tão significativo, que segundo o historiador Cláudio Batalha, durante boa parte do século passado, uma ala da historiografia dividia o estudo sobre o movimento operário em duas fases, antes e após a fundação do Partido Comunista em 1922, sendo antes uma “pré-história inconsciente e pós uma verdadeira história, que inaugura uma nova etapa na vida da classe trabalhadora”. (BATALHA, 1998, p. 148). Sem um partido, a forma mais organizada entre as instituições dos trabalhadores eram os sindicatos, porém como podemos observar anteriormente, estavam em um número bem reduzido em 1917, sendo mais frequente que os trabalhadores se coordenassem através das associações. Um dos poucos sindicatos que estavam em atividade no Recife era o de Ofícios Vários, sendo assim, provavelmente pelo seu grau de organização um pouco acima das associações, tenha sido um dos fatores para assumirem a liderança do movimento grevista. (MOREIRA, 2005, p. 64)

Os conflitos não aconteceram apenas nas ruas e em torno das negociações: os jornais, principal meio de comunicação da época, foram palco da disputa pela opinião pública. O Diário de Pernambuco³, o jornal mais antigo em circulação no Recife, desde a sua fundação em 1825, salvo raros momentos de exceção, sempre manteve uma postura alinhada com o governo (JÚNIOR *et al*, 2009). Durante a Greve Geral, o periódico não fugiu da sua essência, priorizava as declarações e informações vindas das autoridades do governo; eram raros os espaços cedidos para depoimentos de operários e líderes sindicais. Contudo, o periódico A Província, mesmo não sendo de uma vertente operária, em sua cobertura jornalística procurou analisar a greve de forma mais ampla, além das informações dos agentes do Estado, o jornal comumente publicava declarações dos operários, debatia sobre a carestia, defendendo que as reivindicações dos operários eram justas. Desta forma, solicitava que os patrões atendessem às pautas dos trabalhadores na medida do possível.

Em relação aos periódicos operários, de acordo com Carone:

Na maioria das vezes, as publicações de jornais eram semanais ou mensais, em formato pequeno, número de páginas reduzido, no máximo 8, geralmente entre 4-6.

³ Desde a sua criação em 1825, o Diário de Pernambuco é considerado um jornal conservador com uma estreita relação com a elite econômica. Durante a Greve Geral de 1917, o dono do Jornal era o coronel Carlos Benigno Pereira de Lyra, industrial e fazendeiro em Alagoas e Pernambuco, que colocou o seu filho Carlos Lyra Filho como redator-chefe e secretário-gerente da empresa. (JÚNIOR *et al*, 2009).

Mas as matérias também refletem a limitação destes esforços: aparecem artigos doutrinários que praticamente se repetem nos números seguintes, sem apresentarem grande originalidade; o que predomina é a reprodução de tais artigos, de autoria de estrangeiros, apresentados de maneira fragmentada. Afora isto, encontramos citações contínuas sobre sindicatos, notícias sobre greves etc. Praticamente nenhuma matéria sobre os acontecimentos políticos brasileiros. Afinal, nas condições de dificuldade material em que vive o operariado – que se pode transplantar para o caso dos jornais -, a circulação e a venda das publicações só poderiam ser precárias, daí a sua pouca difusão, que em geral não vai além de uma área geográfica restrita. (CARONE, 1972, p. 31)

As classes operárias como forma de angariar apoio, frequentemente enviavam notas as redações dos principais jornais do Recife, nas quais elencavam as suas reivindicações, adesões, eventos, além de denunciarem os excessos cometidos pela polícia. Tendo em vista que, durante o início do século passado, Pernambuco era considerado um Estado composto por famílias tradicionais e conservadoras. (SILVA, 2007, p. 143) A estratégia das instituições públicas, principalmente a da polícia, na figura do desembargador Antônio Guimarães, para conseguir o apoio da população, era a de classificar os grevistas como subversivos e anarquista, sendo a greve um movimento sedicioso, cujo os bons operários eram influenciados através da violência e da ameaça. Este posicionamento fica evidente na seguinte declaração do desembargador:

O expediente da cabala invade as fábricas e se ramifica às oficinas impressionando o espírito dos operários que, sugestionados pelo irrefletido grupo, abandonam o trabalho cotidiano para se entregarem ao desvario nas ruas, em busca de promessas. É claro que essa atitude importa flagrantemente numa contravenção punível. Mas, é sabido que a maior parte dos operários recusa acender a essa campanha. A exigência de abandono de trabalho é feita sob o império da violência e da ameaça. Há dias estão sendo espalhados boletins reacionários, escritos em linguagens violenta com o fim de estabelecer irritações, criar prosélitos com o aumento da carestia da vida, cujo problema está pendendo de execução por parte do exmo. sr. dr. Governador do Estado, vivamente empenhado em minorar o aflitivo estado das coisas agravado com a hedionda conflagração europeia. [...]O instinto da ordem deve prevalecer. O governo pede a todos completa resistência a sugestões fáceis, que continuem a trabalhar e fujam as reuniões subversivas, cujo objetivo é estabelecer a anarquia. Delas surgem as explorações mesquinhas, poluindo os bons instintos, confundindo os sentimentos bons e corrompendo a índole ordeira do povo. (GREVE, 1917e, p. 3)

Por fim, um dos fatores que tornou a Greve Geral de 1917 um marco na história do Brasil, foi a união de diversas categorias profissionais que resolveram se ausentar dos seus postos de trabalho para reivindicar os seus direitos. No entanto, a miséria em que os operários viviam fazia com que fosse inviável a realização de uma greve por mais de alguns poucos dias. Um editorial publicado pelo jornal A Província durante os dias finais da greve deixa claro a situação em que os trabalhadores se encontravam:

A greve tende a terminar, mesmo porque com as famílias a implorando-lhes o pão cotidiano, sem sede para discutirem ideias, os operários não podem estar nesse incerto estado das coisas e sem esperança de êxito à falta de um chefe que os dirija convenientemente, oxalá que os patrões num ato humanitário, entrem em acordo com os seus trabalhadores propondo-lhes medidas justas, conciliadoras, atinentes a minorar as dificuldades da vida, em vista da carestia dos gêneros de primeira necessidade. (MOVIMENTO, 1917d, p. 2)

O “ato humanitário” dos patrões não aconteceu. A greve foi encerrada sem terem sido atendidas nenhuma das reivindicações da maior parte dos trabalhadores. Porém, a semente da união entre as várias classes profissionais em favor dos seus direitos tinha sido germinada, o que garantiria frutos alguns anos depois, tendo em vista que a luta dos operários em Pernambuco não acabou com o fim da greve.

REFERÊNCIAS

A CARESTIA, da vida no Recife: uma ligeira análise a respeito. **Jornal Pequeno**, Recife, 8 ago. 1917, ano 19, n. 183, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/800643/25322>>. Acesso em: 2 jun. 2021.

A IMPRENSA, e ao público. **Diário de Pernambuco**, Recife, 5 set. 1917d, ano 93, n. 244, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_09/15049>. Acesso em: 1 out. 2021.

AINDA a greve?. **A Província**, Recife, 01 ago. 1917, ano XL, n. 209, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/36824>. Acesso em: 18 mai. 2021.

AO COMÉRCIO, e especialmente os seus auxiliares. **A Província**, Recife, 2 set. 1917, ano XL, n. 241, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/37074>. Acesso em: 4 out. 2021.

AOS EMPREGADOS, do comércio e às classes operárias de Pernambuco. **A Província**, Recife, 1 set. 1917, ano XL, n. 240, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/37065>. Acesso em: 03 jun. 2021.

BATALHA, Claudio H.M. *Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e Tendências*. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo. Editora Contexto, 1998.

COMUNICADOS oficiais. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 abr. 1917, ed.110, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/14087>. Acesso em: 17 mai. 2021.

CARONE, Edgard. **A República Velha: Instituições e classes sociais**. 2 eds., São Paulo: Difel, 1972.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla, Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, v. 1, 2005. p. 111-153.

DIANNA, Eduardo Matheus de Souza. O movimento operário na primeira república: debates, considerações e contribuições. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Vol. 10 n. 20, UFGD, Dourados, 2016. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/6201>>. Acesso em: 10 nov.2021.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

GREVE marítima da tripulação do Tury-Assú. **Jornal do Recife**, Recife, 16 mai. 1917a, ano LX, ed. 132, p.1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/705110/71479>>. Acesso em: 18 mai. 2021.

GREVE, na “fábrica paulista”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 set. 1917b, ano 93, n. 140, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/15019>. Acesso em: 3 jun. 2021.

GREVE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 4 set. 1917c, ano 93, n. 243, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_09/15043>. Acesso em: 1 out. 2021.

GREVE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 5 set. 1917d, ano 93, n. 244, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_09/15049>. Acesso em: 1 out. 2021.

GREVE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 6 set. 1917e, ano 93, n. 245, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_09/15059>. Acesso em: 1 out. 2021.

GREVE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 set. 1917f, ano 93, n. 246, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/15067>. Acesso em: 4 out. 2021.

GREVE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 8 set. 1917g, ano 93, n. 247, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_09/15076>. Acesso em: 7 out. 2021.

GREVE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 10 set. 1917h, ano 93, n. 249, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/15090>. Acesso em: 10 out. 2021.

GREVE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 set. 1917i, ano 93, n. 252, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_09/15115>. Acesso em: 15 out. 2021.

GREVE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 set. 1917j, ano 93, n. 254, p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_09/15131>. Acesso em: 20 out. 2021.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Alargando a História da Classe Operária: Organização, Lutas e Controle**. Coleção Remate de Males, nº 5, p.95-119, 1985.

JÚNIOR, Batista de Abreu; FERREIRA, Marieta de Moraes; BEZERRA, Ricardo Lima. Verbete **Diário de Pernambuco**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, FGV. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MOREIRA, Aluizio Franco. A greve de 1917 em Recife. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**; n. 23, 2005. p. 45-70.

MOVIMENTO grevista, **A Província**, Recife, 6 set. 1917a, ano XL, n. 245, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/37103>. Acesso em 2 out. 2021.

MOVIMENTO grevista, **A Província**, Recife, 7 set. 1917b, ano XL, n. 246, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/37111>. Acesso em 4 out. 2021.

MOVIMENTO grevista, **A Província**, Recife, 8 set. 1917c, ano XL, n. 247, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/37119>. Acesso em 4 out. 2021.

MOVIMENTO grevista, **A Província**, Recife, 9 set. 1917d, ano XL, n. 248, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/37127>. Acesso em 7 out. 2021.

O COMÍCIO, de ontem. **A Província**, Recife, 16 ago. 1917, ano XL, n. 224, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/36941>. Acesso em 1 jun. 2021.

O NOVO, imposto sobre o fumo. **A Província**, Recife, 6 jan. 1917, ano XL ed. 3, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/35440>. Acesso em: 17 mai.2021.

O MOVIMENTO, grevista. **A Província**, Recife, 5 set. 1917a, ano XL, n. 244, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/37095>. Acesso em: 31 set. 2021.

O MOVIMENTO, grevista. **Jornal do Recife**, Recife, 6 set. 1917b, ano LX, n. 245, p.3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/705110/72443>>. Acesso em: 10 set. 2021.

O MOVIMENTO, grevista. **Jornal do Recife**, Recife, 7 set. 1917c, ano LX, n. 246, p.3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/705110/72451>>. Acesso em: 17 out. 2021.

O MOVIMENTO, grevista. **A Província**, Recife, 10 set. 1917d, ano XL, n. 249, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/37135>. Acesso em: 12 out. 2021.

O MOVIMENTO, grevista. **A Província**, Recife, 11 set. 1917e, ano XL, n. 250, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/37140>. Acesso em: 12 out. 2021.

O MOVIMENTO, grevista. **A Província**, Recife, 12 set. 1917f, ano XL, n. 251, p.1.

Disponível em: < http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/37148>. Acesso em: 15 out. 2021.

O MOVIMENTO, grevista. **A Província**, Recife, 13 set. 1917g, ano XL, n. 252, p.1.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/37156>. Acesso em: 18 out. 2021.

O MOVIMENTO, grevista. **A Província**, Recife, 14 set. 1917i, ano XL, n. 253, p.2.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/37165>. Acesso em: 18 out. 2021.

OS CALAFATES, da casa *Cory Brothers* estão em greve. **A Província**, Recife, 17 ago. 1917, ano XL, n. 225, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/36949>. Acesso em 1 jun. 2021.

OS OPERÁRIOS, da ponte 7 de setembro. **A Província**, Recife, 2 set. 1917, ano XL, n. 241, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/37072>. Acesso em 5 jun. 1917.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

PRENÚNCIOS de greve, **Diário de Pernambuco**, Recife, 1 de ago. 1917, ano 93, eds. 209, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/029033_09/14769>. Acesso em: 18 mai. 2021.

SEABRA, Eliane Pires. **O Movimento Operário na Primeira República**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH, São Paulo, 2011.

SILVA, Giselda Brito. O Integralismo em Pernambuco: uma história entre tantas da Ação Integralista Brasileira. In: SILVA, Giselda Brito (Org.) **Estudos do Integralismo no Brasil**. Recife: PE. Editora da UFRPE, 2007. p. 143-171.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TERMINOU a parede. **A Província**, Recife, 18 mai. 1917, ano XL, ed. 134, p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/36320>. Acesso em: 18 mai. 2021.

Anexo Normas para submissão – Revista AEDOS

Diretrizes para Autores

A revista Aedos é voltada à publicação de trabalhos acadêmicos na área de História (e/ou de outras áreas, desde que estabeleçam diálogo com a História), produzidos por pesquisadores/as graduados/as e pós-graduados/as na forma de artigos, resenhas de livros e entrevistas. Os textos devem ser inéditos em periódicos de qualquer espécie, bem como em capítulos de livros (publicados ou no prelo), e escritos em língua portuguesa ou espanhola. Os materiais para publicação deverão ser submetidos de modo anônimo através da página da revista, obedecendo

rigorosamente às normas abaixo especificadas. Ressalta-se que os trabalhos que não se enquadrarem nesses requisitos serão formalmente recusados.

1. Artigos

Os artigos devem respeitar um limite de 15 a 25 páginas, formatados com margens de 2.5cm e salvos em formato *.doc* ou *.docx*. Devem conter:

a) *Título*: centralizado, em negrito, com inicial maiúscula e tamanho 14. É necessária a produção de um título em inglês, localizado abaixo do título original, com inicial maiúscula, tamanho 12 e sem qualquer destaque (negrito ou itálico);

b) *Resumo*: o resumo em português e o abstract, escrito em língua inglesa, devem possuir, no máximo, 10 linhas. Devem estar acompanhados de três palavras-chave e três keywords ou motsclés. Devem possuir tamanho 10, espaçamento simples entre as linhas e alinhamento justificado;

c) *Corpo do texto*:

- Fonte: tamanho 12;
- Espaçamento entre linhas: 1.5;
- Espaçamento entre parágrafos: 0;
- Alinhamento: justificado;
- Subtítulos: em negrito e justificado. As sessões devem estar em itálico e justificadas;
- Expressões em língua estrangeira: itálico;
- Referências no texto: padrão autor-data (ex.: BLOCH, 2015, p. 23);
- Citações: trechos com até três linhas devem ser destacados entre aspas no corpo do texto. As citações que ultrapassarem esse limite devem ser destacadas com recuo à esquerda de 4cm, justificadas, com espaçamento simples, tamanho 10, sem aspas e separadas por um espaço do parágrafo superior e do inferior. No caso de eventuais cortes nos trechos citados, devem ser usadas as reticências entre colchetes (nunca no início ou no final do trecho). Quando há a necessidade de introduzir determinados termos, as intervenções também devem aparecer entre colchetes;
- Notas de rodapé: tamanho 10, com espaçamento simples e alinhamento justificado. Não devem ser utilizadas as “notas de fim”.

d) Os textos podem conter ilustrações, gráficos, tabelas e quadros, sendo indispensável as menções ao título e às fontes utilizadas no campo devido. Imagens (fotos ou figuras) devem ter resolução mínima de 300 dpi, em formato *.jpg*, *.jpeg* ou *.png*. Esses elementos devem ser inseridos no corpo do texto. Seu local deve ser indicado no texto e suas legendas devem constar no marco da figura e na parte inferior em tamanho 10 e espaçamento simples;

e) As páginas não devem ser numeradas;

f) As referências bibliográficas devem possuir tamanho 12, espaçamento 1.5, alinhamento à esquerda e um espaço entre o parágrafo inferior e o superior. As referências devem seguir os seguintes modelos:

- Livro

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- Capítulo de livro

PERROT, Michelle. On the Formation of the French Working Class. In: KATZNELSON, Ira; ZOLBERG, Aristide R. (Ed.). *Working-Class Formation: Nineteenth-Century Patterns in Western Europe and the United States*. Princeton: Princeton University Press, 1986. p. 71-111.

- Dissertações e Teses

LIMA E SOUZA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*. Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2008.

- Artigo de coletânea

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 241-282.

- Artigo de periódico

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. *Tempo*, Niterói, v. 24, n. 2, p. 186-205, mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tem/v24n2/1980-542X-tem-24-02-186.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

- Artigo publicado em anais eletrônicos

LUCCHESI, Anita. A história sem fio: questões para o historiador da Era Google. In: Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, 15., 2012, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 1-9. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338518449_ARQUIVO_Ahistoriasemfio-AnpuhRJ-Textocompleto-AnitaLucchesi-31.05.12final.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2020.

- Artigos publicados em websites

BAUER, Caroline Silveira. Uma eleição em que a vitória foi das fake news. *Dissenso.org*, São Paulo, 17 out. 2018. Disponível em: <<https://dissenso.org/uma-eleicao-em-que-vitoria-foi-dasfakes-news/>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

- Artigo ou matéria publicado em jornal

NICOLAZZI, Fernando. A história da ditadura contada pelo Brasil Paralelo. *Sul21*, Porto Alegre, 23 mar. 2019. Disponível em:

<<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/03/ahistoria-da-ditadura-contada-pelo-brasil-paralelo-por-fernando-nicolazzi/>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

- Documento iconográfico

BRISGAND, Gustave. *Retrato de D. Maria Augusta*. Fundação Casa de Rui Barbosa. 1922.

- Documento sonoro

BETHLEM, Newton. *Depoimento*. Entrevistadores: Tania Maria Dias Fernandes, Anna Beatriz de Sá Almeida. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. 5 fitas cassete (4h35min). Depoimento concedido ao Projeto Memória da Tuberculose. 18 jul. 1990.

- Registro de imagem em movimento

THE CONSTANT... The constant gardener. Direção: Fernando Meirelles. United Kingdom: Focus Features, 2005. 129min.

- Documento de arquivo

Com autoria: ARANHA, Luís de Freitas Vale. Carta a José Pinto. Arquivo Pedro Ernesto Batista, série Correspondência; PEB c 1935.01.15 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro). 15 jan. 1935.

Sem autoria: TERMO... Termo de obrigação que fazem Manuel Francisco Villar e Antonio Freire de Ocanha. Códice 296, f.108 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 2 mar. 1696.

- Documento jurídico

BRASIL. Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 4 dez. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm>. Acesso em: 22 set. 2018.

g) Não deve ser colocado nenhum dado relativo à autoria no documento (nome, titulação e *email*). Essas informações constam no Cadastro no Sistema da Revista e serão acrescentadas ao corpo do texto após a sua devida aprovação. Ressalta-se, portanto, a importância de preencher corretamente o cadastro.

Para documentos não contemplados nestes exemplos, devem ser seguidas as normas da ABNT.